

OS MITOS DO DESENVOLVIMENTO NO ACRE DA “FRENTE POPULAR”

Julia Lobato Pinto de Moura ¹

RESUMO

Este trabalho propõe discutir o mito do desenvolvimento na Amazônia acreana, entre os anos 1999-2015, colocando no centro do debate os processos de mercantilização da natureza e desterritorialização das populações tradicionais, ocultados pela publicidade institucional. A partir das questões mapeadas por Stuart Hall (2003) sobre os estudos da mídia e os processos de codificação-decodificação das mensagens televisivas, são analisados três momentos da gestão da Frente Popular do Acre (FPA), do “Governo da Floresta” ao “povo empreendedor”. Ao investigar o que está dito, quem disse e o contexto de produção e codificação das mensagens, destacamos quais são os elementos e características que fazem destas narrativas “mitos modernos”. Refletimos sobre as relações entre mito e desenvolvimento nas trilhas percorridas por Celso Furtado e Mircea Eliade, para contribuir com os estudos sobre a importância da linguagem e do uso de “palavras mágicas” na configuração das relações de poder e nos ordenamentos territoriais. Apesar de a escrita midiática vender a ideia de um Acre que é modelo de desenvolvimento, notou-se que o discurso não se manteve o mesmo ao longo dos 16 anos de gestão. Da promessa de uma economia florestal robusta à pecuária e indústria do abate “sustentável”, o projeto de desenvolvimento mitifica a história do Estado e vende a ideia de que “o que o planeta sonha o Acre já realiza”. Aqueles que detêm o poder produzem as histórias, forjam as leis e instauram modelos de gestão dos territórios e das vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Mito; Publicidade; Desenvolvimento Sustentável; Acre.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the myth of development in Acre Amazon, between the years 1999-2015, placing the center of the discussion the commodification of nature and processes of dispossession of traditional populations, hidden by institutional publicity. From the issues mapped by Stuart Hall (2003) on the study of media and the decoding encoding processes of television signals are analyzed three stages of the management of the Frente Popular do Acre (FPA), the “Governo da Floresta” to “povo empreendedor”. By investigating what is said, who said and the context of production and coding of messages, highlight what are the elements and features that make these narratives “modern myths”. We reflect on the relationship between myth and development on the trails traveled by Celso Furtado and Mircea Eliade, to contribute to the studies on the importance of language and the use of “magic words” in the configuration of power relations and territorial systems. Although the publicity written to sell the idea of Acre is the development model, it was noted that the discourse did not remain the same during 16 years of management. The promise of a robust forestry and livestock slaughter industry “sustainable”, the development project insides the history of the state and sells the idea that “what the planet dreams Acre already done.” Those who hold power produce the stories, invent laws and by establishing governance of territories and lives.

¹ Professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, lobato.julia@gmail.com.

KEYWORDS: Myth; Advertising; Sustainable Development; Acre.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a ideia de mito moderno ao focar as narrativas oficiais acerca da trajetória do desenvolvimento do Acre nos 16 anos de governo da “Frente Popular”. É um estudo no campo da linguagem e das práticas culturais para pensar como as palavras e sequências de palavras são usadas pela sociedade para darem sentido a experiência e realidade em que vivem. É um recorte sintético da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade defendida no início de 2016. Como percurso metodológico foi proposto analisar os processos de codificação e decodificação das mensagens vinculadas em três vídeos de publicidade institucional, para destacar elementos e características que fazem dos discursos que propagandeiam o desenvolvimento do Acre, mitos modernos.

O primeiro e o terceiro vídeos divulgam os *slogans* de identificação dos governos de Jorge Viana (1999-2006) e Sebastião Viana (2010-2014 e 2015-atual) respectivamente, e foi transmitido nos meios televisivos. Foram produzidos pela agência publicitária Companhia de Selva, que mantém contratos milionários com o governo desde a campanha de 1998. O segundo foi produzido pela Secretaria do Estado de Comunicação (SECOM) e utilizado em um contexto mais específico, o dia do lançamento da Lei Estadual nº 2.308/2010 que estabeleceu o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) do Estado do Acre. Tem um texto mais detalhado, mais técnico, sem perder a fabulosidade típica das narrativas publicitárias.

Sobre os processos comunicativos da televisão, Hall (2003) destaca que as estruturas institucionais de radiodifusão, com suas infraestruturas técnicas, práticas e redes, produzem uma mensagem, dentro de um referencial de sentidos e ideias, que são decodificados pelo público de diferentes formas. A produção da mensagem como codificação e decodificação se dá em momentos distintos, pois as estruturas de sentido do codificador, seus referenciais de conhecimento, suas relações de produção e infraestrutura técnicas, são diferentes da do decodificador. Como publicidade institucional governamental, estes mito-vídeos funcionam como produção de verdades dependendo do público alvo. Sempre tem os que assimilam como discurso dominante, e os que contradizem, mostrando formas emergentes e desconstruidoras de pensar. Hall

nos fala que podemos até pensar fora do discurso, mas não agimos fora dele. O processo de

significação do mundo cultural e ideológico, que está sempre significando e re-significando – esse é um processo sem fim.(...) sempre existiram discursos na sociedade que são os meios pelos quais as pessoas tornam significativo o mundo, dão sentido ao mundo. Isso nunca para. (HALL, 2003, p. 362)

As questões políticas não estão a par destes processos, tendo que lidar com a construção, reconstrução e contestação dos sentidos produzidos continuamente. Interessa-nos a perspectiva de Hall na medida em que ele aponta que a noção de ideologia, linguagem e cultura não devem ser tomadas como algo secundário, constituído apenas pelos processos econômicos, pois elas também são parte da constituição dos mecanismos de poder. O encadeamento de imagens, os roteiros narrados estrategicamente por vozes potentes e convincentes, acompanhado de fundos musicais não menos pensados, produzem a “realidade” como espetáculo midiático mítico, revelando e ocultando determinados aspectos, dependendo das intenções associadas à produção da narrativa.

O governo da floresta e o acre valorizado

O primeiro vídeo conta a história do “Governo da Floresta”, em seus oito anos de gestão. Têm exatos 60 segundos e foi divulgado no final do segundo mandato do Jorge Viana.² A FPA assumiu o governo do Estado em 1999, e se apresentava como catalizadora da mudança, tendo como contraponto o modelo de desenvolvimento propagado a partir da década de 1970, que se baseava na expansão da pecuária, na chegada dos “paulistas”, no desmatamento e na grilagem de terras. Uma das marcas desse novo governo foi a proposta de exaltação da natureza, dos traços identitários “tradicionais” e da promessa de uma economia de “base florestal robusta”.

A partir de 1999 fica mais evidente o papel que as empresas de publicidade, sobretudo a Companhia de Selva, passaram a desempenhar enquanto “instituições parceiras” do Estado na produção das significações/ codificações do “Acre moderno”. O “Governo da Floresta” apresentou-se desde a campanha como herdeiro dos legados deixados pelo sindicalista Chico Mendes na luta pelos direitos sociais e territoriais dos

² O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tebytKK7P1s>.

“povos da floresta”. Quando Jorge assume o governo, em 1999, tem como desafio implantar um projeto de crescimento econômico conciliado com a defesa pela conservação da floresta, uma vez que fora eleito com apoio, e certa desconfiança, do movimento dos seringueiros. Mas o Estado não tinha dinheiro (poupança interna) para fazer nada, e mui sabidamente, vai alinhar o discurso de seu plano de governo dentro das diretrizes estabelecidas pelos mecanismos de crédito do Banco Mundial, que já apontavam para o interesse no financiamento de projetos ligados à promoção da “sustentabilidade”. Souza (2008) analisou bem a relação entre o “Programa de desenvolvimento sustentável do Acre” e as instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), e sugere que desenvolvimento econômico apresenta sua versão verde para manter a estratégia neoliberal de expansão global e mercantilização da natureza.

Esta proposta de desenvolvimento sustentável orquestrada pelos organismos multilaterais de crédito foi vendida pela política de governo como uma vocação acreana, produto da tradição e da herança histórica do Estado. O discurso do “Acre valorizado” produzido pelo “Governo da Floresta” visou produzir o sentimento de pertencimento e expectativa de melhoria de vida da população. A valorização das culturas locais foi sintetizada em uma palavra, que seria utilizada para caracterizar essa nova fase nas políticas governamentais, que em tese, valoriza os aspectos naturais, históricos e identitários endógenos: a florestania. No vídeo a “*florestania*” é descrita como “*nosso jeito de viver cuidando bem desta riqueza natural*” o que codifica uma perspectiva de identidade como algo fixo, original, inato, e não como produtos de relações históricas e políticas socialmente construídas. Fazendo uso destas estratégias de promoção de um sentimento de coesão social torna possível, ainda que parcialmente, ocultar as contradições e construir um imaginário forte sobre a sociedade acreana em suas especificidades.

Paralelo à valorização dos “povos da floresta”, até então silenciados pelas políticas anteriores, a produção simbólica atrelada ao governo da florestania também exaltou os valores e símbolos já consolidados pela história oficial, como observou Moraes (2008). Sobretudo nos primeiros anos da FPA foi grande a divulgação do tema “Revolução Acreana”, que rendeu diversas comemorações por ocasião do seu centenário. Estes valores e símbolos foram tomados como fato e origem gloriosa do

povo acreano apesar de terem silenciado e vitimados os grupos tradicionais agora “valorizados”.

Fazendo uso das definições de Eliade (1972) pensamos que as narrativas trazem para o presente o tempo das origens, em um movimento de eterno retorno em espiral, onde os mitos e os ritos são as práticas sociais e formas de organização de vida que se repetem e se reatualizam nas narrativas. As coisas são recriadas ciclicamente, e através de um eterno retorno estabelece-se o controle da história. Eliade destaca que ao reviver o início da história, as sociedades podem reatualizar seus comportamentos, resolver conflitos e reviver aprendizados. No século XIX a crescente paixão pela história, sobretudo pelas fases mais antigas relativas “as origens”, estava associada ao enaltecimento das nações e das identidades. Para Eliade esta prática se transformou rapidamente em instrumento de propaganda e luta política, e o mito em tempos modernos manteve sua força, de forma camuflada.

O vídeo é marcado pela sonoridade dos folguedos tradicionais, dá “viva aos povos da floresta onde a Revolução brotou” e diz que “Chico falou e o mundo ouviu.” No contexto em análise, notamos que para construir o mito do Acre do desenvolvimento sustentável, foram acionados outros dois mitos, duas “origens” fundamentais: a “Revolução Acreana”, tratada como evento fundador do Acre e dos acreanos, a partir da vitória dos brasileiros sobre os bolivianos, e a luta de Chico Mendes, tratado como herói de um movimento ambientalista e pacifista pela “preservação da Floresta Amazônica” e defensor de um novo modelo de desenvolvimento para seus povos.

Ao contrário do desenvolvimentismo anterior, pecuarista e predatório, que vinha de fora, as políticas de desenvolvimento da FPA se apresentam como aquelas que valorizam a luta iniciada pelas populações locais, e que representam a ascensão ao poder dos ideais sintetizados pela figura de Chico Mendes, o martir imolado. Paula (2013) destaca que o governo trabalha para produzir certo consenso em torno da ideia de que o “sonho de Chico Mendes” está se concretizando. Ao implantar as “práticas do desenvolvimento sustentável”, o governo se apresenta como aquele que dá continuidade às proposições elaboradas nos anos 1980, no âmbito do movimento social dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) no Acre. Porém, sua tese é a de que existe uma ruptura e diferenciação radical entre o que propunham os sindicalistas como modelo de gestão das reservas extrativistas e de desenvolvimento econômico, e o que

tem sido realizado e propagandeado pelo governo da FPA em direção à mercantilização da floresta.

O novo desenvolvimento é utilizado para se diferenciar do “velho”, e sugerir que a mudança na palavra pode operar mudanças na maneira como o Estado administra a sociedade, os elementos da natureza, o crescimento econômico e, portanto, nossas vidas. O “*tempo de mudança, esperança e desenvolvimento*” que a narrativa do vídeo procura instituir como realidade, busca transmitir a ideia de que é possível fazê-lo respeitando a natureza e ainda harmonizando os interesses de todos os setores da sociedade, pois como é dito no vídeo “*diversidade é muito mais felicidade, na aldeia, cidade, campo, seringal*”.

Assim o discurso do “Acre valorizado” produzido pelo “Governo da Floresta” visa fazer um retorno às origens e valorizar a identidade e as questões tradicionais, ao mesmo tempo em que se apoia no mais recente discurso do progresso construído para perpetuar o ordenamento capitalista: a sustentabilidade. Os fatos não são eventos históricos em si mesmos, e a questão é que, como fatos, eles viram objetos históricos em outros contextos, quando são narrados por sujeitos que detêm a autoridade para falar sobre eles, e geralmente o fazem com determinadas intenções, difundindo-os como verdades e não como pontos de vista. Seguindo os passos deixados por Hall, entendemos que

A realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela: e o que nós podemos saber e dizer têm de ser produzido no discurso e através dele. O ‘conhecimento’ discursivo é o produto não da transparente representação do ‘real’ na linguagem, mas da articulação da linguagem em relações e condições reais. (HALL, 2003, p.393)

Esta maneira de narrar à história das elites, dos vencedores, que se apresenta como verdade inquestionável, ganha aspectos de mito, seja como narrativa épica que dá sentido à nação e a um povo, seja como falsidade ideológica que legitima e ordena os poderes instituídos ao narrar uma versão romantizada e epopeica da história.

Um novo tempo: “o que o planeta sonha o acre já realiza”

O segundo vídeo analisado foi divulgado durante a solenidade de promulgação da Lei do SISA, que regula o uso dos chamados “serviços ambientais”, no Palácio Rio

Branco, em outubro de 2010.³ Estava no término do mandato de Arnóbio Marques, candidato lançado pela FPA e eleito em 2006 para dar continuidade ao projeto iniciado pelo “Governo da Floresta”. Durante o seu mandato se aprofundaram as tentativas de efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável que agrega valor de mercado à floresta. O vídeo de cinco minutos é narrado pelo jornalista acreano Jorge Henrique Queiroz, que é também o diretor do vídeo. O roteiro é tecido no encadeamento das imagens de arquivo do sistema público de comunicação do Acre, e no som de fundo de uma melodia instrumental. O narrador, no contexto do nosso estudo, tem mais ou menos o mesmo papel do reporter descrito por Hall: “o reporter está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira.” (HALL, 2003, p. 364)

A propaganda institucional inicia contando a história recente do Acre, quando a devastação da floresta para expansão da agropecuária era política oficial. Trata-se do discurso modernizador que se instaurou no Acre a partir do governo de Francisco Wanderley Dantas (1971-1974) e que ao promover “*o desmatamento das florestas, representava o progresso para o Estado do Acre*”. Em contraposição o governo apresenta um modelo de desenvolvimento baseado no incentivo à exploração dos serviços ambientais. Enfatiza que este novo modelo iniciou a partir de 1999 e está em curso, com possibilidade de avanços econômicos e sociais com a “*floresta em pé*”. Apresenta o Acre como vanguarda em relação à implantação de políticas de desenvolvimento com sustentabilidade neste início de século XXI, afinal “*O que o planeta sonha o Acre já realiza*”.

O início da narrativa imagética é um dos recortes mais presentes no imaginário do brasileiro para representação da Amazônia: a imagem da floresta vista do alto, como um mar de copas de árvores verdejantes, homogênea, deserta, tomada pela natureza “natural”. Em seguida as imagens de áreas abertas, desmatadas, com caminhões transportando toras de madeiras, grandes e pequenas clareiras na mata, árvores destruídas e queimadas, geram indignação e comoção, ao mesmo tempo em que representam a chegada do desenvolvimento e do progresso na região.

O assassinato de Chico Mendes e Wilson Pinheiro é narrado no vídeo como resultado da “*ignorância e ambição de alguns*”, o que oculta o fato de que o Estado, na

³ O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xisGCNt-9NM>.

maior parte do tempo, apoiou o avanço dos fazendeiros, como política de desenvolvimento e integração nacional. Ao reduzir toda a dinâmica relacionada à expansão da frente pecuarista a “*alguns*”, a publicidade institucional minimiza a violência com que o Estado empreendeu a marcha do desenvolvimento sobre os povos indígenas, extrativistas e ribeirinhos.

Para Furtado (1974) o mito é uma ideia que se dá por evidente, a de que o modelo de desenvolvimento dos países que “lideraram a revolução industrial” pode ser expandido para todas as nações. Ao reconhecer que os ideais da modernidade não são projetados e viáveis para toda a humanidade, torna-se necessário reconhecer que as práticas sociais e ambientais degradantes, que caracterizam tal modernidade, são legitimadas e só existem graças a engenhosas narrativas, como o discurso do desenvolvimento e do progresso.

A mídia institucional tem colocado o Acre sempre como pioneiro, o melhor lugar e exemplo de implantação de políticas sustentáveis. Como estratégia de convencimento, o vídeo enumera, de forma quase exaustiva, uma série de ações para exemplificar o novo direcionamento na produção do espaço econômico e social em curso. O texto é acompanhado de imagens que se sucedem rapidamente, com pessoas/ trabalhadores desempenhando atividades cotidianas diversas, nas florestas e rios, como carregar bananas, manejar castanhas. As imagens de “pura natureza” se alternam, da floresta vista de cima, homogênea, os rios, os pássaros. O Zoneamento Ecológico Econômico Fase II (ZEE II) é descrito como marco inicial destas políticas e como “*a maior e melhor referência em zoneamento no Brasil*”. A partir dele foi instituída a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal (PVAAF) e o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre (PPCD) que visam “*alcançar uma economia limpa, justa e competitiva com forte base florestal*”.

Se no vídeo anterior, a ideia de integração dos diferentes sujeitos num processo participativo e polifônico de desenvolvimento foi sintetizada em frases de efeito como “*diversidade é muito mais felicidade na aldeia, na cidade, no campo, no seringal*”, agora a propaganda institucional nomeia detalhadamente “*todos*” os sujeitos/instituições supostamente envolvidos com a elaboração dos projetos desta nova economia. A política de incentivo ao pagamento por serviços ambientais, promovida pela FPA, é descrita pela narrativa como resultado de uma parceria entre os mais diversos setores da sociedade: “*sociedade civil, setor produtivo industrial, povos indígenas, produtores rurais e*

extrativistas, pecuaristas, parceiros nacionais e internacionais, assembleia legislativa do Acre e pelo governo do estado”.

Ao colocar atores desiguais no mesmo patamar, o discurso mítico serve para construir a ideia de harmonização entre os diversos interesses, valorização e respeito mútuo à diversidade, o que oculta os conflitos e interesses antagônicos vivenciados por estes sujeitos. "Por essa lógica discursiva, processava-se uma alquimia que colocava no mesmo panteão de 'produtores' da idílica 'identidade acreana', os opressores e os oprimidos, como se nada os diferenciasse". (LIMA, 2011, p. 22)

A despeito da ênfase dada no aspecto democrático e consultivo das políticas públicas pesquisas acadêmicas, tais como de Schmidlehner (2012), e documentos de denúncia elaborados pela sociedade organizada, como a Carta do Acre (2011), Dossiê Acre (2012), Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios (2015) vêm questionando o processo de consulta pública a respeito da Lei do SISA e outros mecanismos de desenvolvimento sustentável, como manejo madeireiro, construção de grandes hidrelétricas, repartição de benefícios relativos à biodiversidade e políticas de REDD.

As florestas privatizadas e comercializadas tornam-se objeto intocável pelas populações que nelas vivem, e por isso promovem a desterritorialização e ameaçam centenas de pessoas no Acre e milhares em todo o mundo. Em áreas de projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Evitados (REDD) e de planos de manejos, os moradores temem ser criminalizados por manejarem a área em que vivem para fazer um roçado de subsistência, ou derrubar uma árvore para fazer uma casa ou barco, como relatado por Faustino e Furtado (2013). Pesadas multas vem sendo aplicadas pelos órgãos ambientais aos pequenos produtores, que não possuem a certificação que os grandes empresários possuem para extração madeireira. Os moradores temem que o incremento na renda através de mecanismos como a “bolsa verde”⁴ seja insuficiente para manterem suas necessidades.

O mito moderno da natureza intocada descrito por Diegues (2001) chega ao Acre reinventado no século XXI, e prevê áreas intocadas de floresta para conservação, reserva, contemplação e pesquisa, mas também para fins de comercialização de crédito

⁴ Segundo informações do MMA, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, é parte das ações do Brasil Sem Miséria e concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Cf. <http://goo.gl/DcLNSN>.

de carbono por desmatamento evitado. O SISA do Acre, como instrumento de jurisdição de REDD, é um dos mais avançados do planeta, e que realmente tem sido modelo para outros regimes de REDD+ e de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil e no mundo. É o Acre como vitrine para implantação do capitalismo verde. (CIMI, 2012)

Na interpretação de Furtado, os mitos orientam a percepção do cientista social, fazendo com que ele tenha uma visão clara de alguns aspectos e de certos problemas, e nada vendo sobre outros. A ideia de desenvolvimento econômico (agora sustentável) se dá como reflexo de uma realidade objetiva, consequência natural da evolução humana, patamar a ser universalizado, inquestionável. A narrativa assume de vez seu estilo épico no minuto final, quando descreve inumeráveis benfeitorias supostamente concretizadas a partir da Lei do SISA “*buscando a consolidação do desenvolvimento sustentável por meio de uma economia de baixo carbono, alta inclusão e empoderamento social*”. Percebemos que, no processo de mitificação da realidade em tempos modernos, a história do desenvolvimento sustentável no Acre é narrada pela publicidade institucional sem conflito de classe, e como modelo para o mundo de uma política de desenvolvimento sustentável.

Tudo é sustentável no novo Acre

O terceiro vídeo analisado foi utilizado para lançar o *slogan* da mais nova fase do governo de Sebastião Viana, eleito em 2010 e reeleito em 2014 depois de um segundo turno apertado, e tem como lema: “Novo Acre: Governo parceiro, povo empreendedor”.⁵ Dando continuidade ao ciclo de governança da coligação FPA, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a logomarca produzida com o suporte criativo da Companhia de Selva foi apresentada dia 28 de janeiro de 2015 na Fimoteca Acreana, em um evento em que estiveram presentes secretários, servidores e demais autoridades. Também foi exibido na televisão no início do mandato.

O vídeo tem pouco mais de um minuto e meio, narra as características e avanços sociais que teriam ocorrido nos últimos 16 anos de governo, e apresenta as diretrizes que norteiam a nova etapa de governança. Os editores do vídeo adotam a mesma fórmula do segundo, ao iniciar com o narrador fazendo uma retrospectiva histórica. Destaca que o

⁵ O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3c2zFTW2B-8>.

passado recente é o marco do início das mudanças rumo ao crescimento econômico e social sustentável. Diferentemente, não apresentam esse projeto de governo como alternativa ao modelo anterior por outros motivos. Enquanto os primeiros vídeos apontam que o problema anterior ao ciclo de governança da FPA era o desmatamento associado à ideia de progresso, típico do avanço da frente agropecuária no governo dos militares, este último enfatiza o fato de que a economia estava dependente do Estado, isto é, “a chamada economia do contracheque”, não gerava renda, encontrando-se estagnada.

A escolha de outro marco para se referir aos problemas anteriores a chegada da FPA ao poder em 1999 não é por acaso. O vídeo sustenta que a partir do primeiro mandato do Sebastião Viana, em 2010, teve início um avanço para diversificação da economia – não mais apenas de base florestal robusta, como anteriormente propagado. Com o “*Governo do Povo do Acre*” há uma nítida readequação do discurso sobre como planejar e promover o desenvolvimento, o que evidencia uma renovação do novo – que não é novo. Se inicialmente o desenvolvimento proposto pela FPA passou pela valorização da tradição, da história, em uma tentativa de construir uma economia de base florestal, segundo a história contada no vídeo, o governo “*deu um novo salto*” no processo de desenvolvimento.

As expressões “*deu um novo salto*” e “*novo Acre*” confirmam a proposta inovadora, que além de dar continuidade aos vultosos investimentos em infraestrutura, e as políticas ligadas ao manejo madeireiro e REDD, está voltada para estimular o empreendedorismo e promover a industrialização do Acre, sobretudo àquela atrelada à produção agropecuária. Neste sentido o avanço da pecuária, como símbolo do progresso, que era visto como problema para nossa região nos primeiros anos de governo da FPA passa a ser inegavelmente um dos principais setores da economia. O crescimento e valorização das atividades ligadas ao agronegócio são incorporados como questões culturais e traços identitários do “acreano”, e eventos como a feira agropecuária “ExpoAcre” se destacam como um dos maiores “eventos culturais” e de negócios do estado.

O pretenso “resgate identitário” e as políticas de patrimônio histórico e cultural que caracterizaram os doze primeiros anos não mantiveram a mesma importância ao longo dos outros mandatos da FPA. Sobretudo a partir de 2010, com o assumido redirecionamento das políticas de desenvolvimento no sentido da “diversificação das bases produtivas”, o apelo ao imaginário seringueiro e associação do governo à floresta são diminuídos. Como exemplo, citamos o fato de que o Museu da Borracha, o mais

antigo do Acre criado em 1978, está fechado desde 2013, quando o prédio histórico apresentou problemas na infraestrutura. O espaço que reúne um importante acervo documental está sem previsão de reforma e de reabertura.

A indústria madeireira sob a fachada da sustentabilidade que o manejo florestal concede poderia ter sido um dos símbolos de uma economia de base florestal com valor agregado, uma vez que a base extrativista não-madeireira, desde o início, foi pouco incentivada. Todavia em 2013, com a falência da Fábrica de Tacos e do Complexo Industrial Florestal de Xapuri, nome pomposo demais para a realidade que substantiva, houve “demissão maciça de trabalhadores da unidade, no atraso de pagamentos de salários e não realização de direitos trabalhistas como o pagamento de horas extras.” (PONTE, 2014, p.244)

Na narrativa imagética é evidente o desaparecimento da natureza como símbolo do moderno e do progresso. Não se vê mais as imagens típicas da natureza amazônica, da floresta, dos rios, pássaros, povos indígenas e seringueiros, então representados pela política dos governos da floresta e da florestania. A impressão que temos é que a política de valorização da “floresta em pé” enfraqueceu, mas a meta de colocar o Acre na vanguarda da política de desenvolvimento econômico e social sustentável na Amazônia manteve-se. O governo mantém a lógica de mercantilização da floresta com as políticas-econômicas de manejo florestal madeireiro e dos serviços ambientais, mas volta-se para a agroindustrialização, a pecuária e o empreendedorismo urbano – “tudo sustentável”- até porque a maior parte dos financiamentos internacionais está atrelada a esta condicionante, espécie de palavra mágica que abre caminho para reprodução do capitalismo verde.

A partir de então começamos a ouvir falar da “pecuária sustentável”, onde são empregadas técnicas para intensificação e recuperação de pastagens, confinamento dos animais, entre outros procedimentos que se apresentam como alternativas para minimizarem os impactos da pecuária na Amazônia. O governo passa a incentivar a vinda de todo o tipo de indústria, não somente aquelas ligadas aos produtos florestais. A piscicultura foi uma das áreas que recebeu os maiores investimentos, promovida pelos jornais do Estado, como o “Notícias do Acre”, como a “grande sacada” da vez. Avanços na industrialização e mecanização da produção agrícola, no beneficiamento de madeira, e na produção de aves para abate também são retratados no vídeo, enquanto o narrador

fala dos avanços na cadeia produtiva a partir da incorporação das “*melhores tecnologias da atualidade*”, sobretudo no setor da piscicultura e suinocultura.

As imagens rapidamente encadeadas são usadas para ilustrar e dar veracidade à narrativa do vídeo, que exalta os benfeitos do governo, sintetizados nas obras de industrialização e infraestrutura. Aparecem imagens de grandes plantações de milho, complexos agroindustriais, de infraestrutura, como pavimentação de ruas, pontes, tudo visto soberanamente de cima. As extensas criações de bois não poderiam ficar de fora da ilustração do material publicitário, que desta forma, procura exemplificar o “*novo salto para uma economia de base diversificada*” a que se refere o texto narrado.

A despeito do “Governo da Floresta” ter se apresentado como alternativa a pecuarização da economia acreana, a atividade já é a de maior expressão econômica no Estado do Acre. O lugar dado ao gado na narrativa imagética, acompanhando o final triunfante, não poderia ser diferente. Nas imagens, aparece o trator a arar o solo, e o rebanho de gado a se movimentar, vistos majestosamente do alto. E o que acontece por aqui no Acre, desde os tempos áureos da borracha, nunca esteve desvinculado da conjuntura e das demandas do mercado internacional: Em 2012 o Brasil tornou-se o maior exportador de carne bovina no mundo, em toneladas, visando principalmente o mercado chinês.

Os trechos da composição “O Fortuna”, musicalizados por Carl Orff e utilizados como “música de fundo”, possuem um papel de destaque na composição da história que o mito-vídeo quer contar. A música mais conhecida como *Carmina Burana* ajuda a ilustrar a narrativa épica, pois a cantata emerge triunfante. O trecho inicial do poema diz “*O Fortuna, velut luna, statu variabilis*”, que traduzidos significam “Ó Sorte, como a Lua, mutável”. E o próprio governador, em entrevista ao site de notícias G1 Acre, realizada no primeiro dia de seu segundo mandato, falou da nova fase, assumindo um redirecionamento na concepção de desenvolvimento - fortuna, como a lua, mutável.

A pecuarização ocorre também nas áreas destinadas a conservação, como nas reservas extrativistas, nas áreas indígenas e projetos de assentamento diversos, o que evidencia a negligência e insucesso no incentivo da agricultura familiar e das práticas extrativistas não-madeireiras, base de sustentação dos indígenas, seringueiros e demais “povos da floresta”. O próprio ZEE II reconhece o problema, mas se limita a dizer que é necessário programar ações eficientes, “que visem conciliar as necessidades e aspirações das famílias com a destinação legal destas áreas” (ACRE, 2010, p. 161). Fato

é que o gado é a principal alternativa de renda no campo, nas reservas extrativistas e unidades de conservação, como mostrou Castelo (2014).

A proposta de reestruturação do capitalismo é tratar o problema das mudanças climáticas e a necessidade de preservação das florestas para regulação do clima a partir da lógica do mercado. Agora temos duas máximas: uma é não explorar a floresta, mantê-la intocável para fins de comercialização de crédito de carbono por desmatamento evitado em projetos de REDD; a outra é “tudo é sustentável” de modo que se legitima a extração de madeira sob a perspectiva do manejo e do “selo verde”, a pecuária em áreas degradadas, a indústria piscicultura. A máxima do “sustentável” tem servido como palavra mágica para ocultar que estas atividades intensificam o desmatamento, a concentração de terras e os conflitos no campo e na floresta, e promovem a desterritorialização de populações locais e tradicionais.

Considerações finais

Destacamos nesta pesquisa a importância dos meios de comunicação como a internet e televisão, como suportes na perpetuação do acesso aos discursos e naturalização de suas práticas. Observamos algumas estratégias discursivas utilizadas pela publicidade política para narrar a história recente do Estado do Acre e as promessas de “um novo desenvolvimento” como um mito: narrativa da história na perspectiva dos “grandes feitos” que oculta as contradições por detrás da lógica de reprodução da sociedade de mercado. E o que acontece no Acre está relacionado a um contexto mais amplo de políticas de “economia verde”, projetadas pelas instituições multilaterais de crédito para a Amazônia e outras partes do “mundo em desenvolvimento”. Em curso, a intensificação da mercantilização da natureza e a consequente desterritorialização das populações como parte da “solução” para a “crise” contemporânea.

O discurso do desenvolvimento no Acre, que na prática viabiliza a extração madeireira e o avanço da pecuária sob o encanto das palavras “manejo”, “sustentável”, se constrói como um “mito moderno de desenvolvimento” apoiando em outros mitos fundadores, como a “Revolução Acreana”, o “herói” Chico Mendes, e o “mito da natureza intocada”, para narrar uma “história de progresso”, que também é um mito. O mito re-significado, desencantado e de-sacralizado nos tempos modernos, continua manifestar sua força como narrativa que norteia as percepções e ordena os

comportamentos sociais. A história do desenvolvimento no Acre governado pela FPA se baseia na valorização da floresta e no resgate da tradição e da identidade, mas que está sendo escrita a partir de diretrizes estabelecidas no âmbito das instituições transnacionais interessadas em mercantilizar e comprar os territórios onde a natureza ainda está conservada, e ao mesmo tempo atender as demandas das elites locais ligadas ao agronegócio pecuarizador.

Referências

ACRE. Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010. **Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA**. Diário Oficial. Rio Branco, AC, n. 10.414, 05 nov. 2010.

ACRE. Sec. de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: Fase II (1:250.000) Doc. Síntese**. 2ª Ed. Rio Branco: SEMA, 2010.

ACRE. Sec. de Comunicação. **REDD+ Acre - Sistema Estadual de Serviços Ambientais**. Direção: Jorge Henrique Queiroz. Disponível em <https://goo.gl/ps5dZj> Acesso em 08/11/2015.

BRASIL, MMA. **Bolsa Verde**. Disponível em <http://goo.gl/DcLNSN>. Acesso em 08/11/2015.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias**. (Tese) Doutorado História Social. São Paulo: USP, 2014.

Carl Orff, **Carmina Burana**, Tradução disponível em <https://letras.mus.br/orff-carl/74710/traducao.html> Acesso em 08/11/2015.

CIMI. **Dossiê Acre**. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Documento especial para a Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro, 2012.

COMPANHIA DE SELVA. **Governo da floresta: Acre valorizado**. Enviado em 8 de ago de 2007. Disponível em <https://goo.gl/eWySPT> Acesso em 08/11/2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTINO, Cristiane, FURTADO, Fabrina. **Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre**. DHESCA. Rio Branco: 1ed, 2015.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LIMA, Ana Carla Clementino de. **Palácio Rio Branco**: Linguagens de uma arquitetura de poder no Acre. (Dissertação) Mestrado Letras Linguagem e Identidade. Rio Branco: UFAC, 2011.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: Invenção e reinvenção da identidade acreana. (Tese) Doutorado em Geografia, Fortaleza: UFC, 2008.

NOTÍCIAS DO ACRE. **Apresentação da nova marca do governo do Estado 2015/2018**. 1:38 min Disponível em <https://goo.gl/CMDKv8>. Acesso em 08/11/2015.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

PONTE, Karina Furini. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC). (Tese) Doutorado Geografia- UEP. Presidente Prudente: [s.n], 2014.

SCHMIDLEHNER Michael F. **Implementação da ONU-Convenção da Biodiversidade**- (Dissertação) *“Magister der Philosophie”*, Áustria: Universidade de Viena, 2009.

SOUZA, João José Veras de. **O “Programa de desenvolvimento sustentável do Acre”**: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. (Dissertação) Mestrado em Direito. UFSC, 2008.